

EXPEDIENTE DO DIA

EM

04/08/09



Câmara Municipal de Marechal Floriano
Protocolado Sob nº 2881
Em 04/08/2009

[Handwritten signature]
PREFEITO

Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

PROJETO DE LEI Nº. 074/2009

"CONCEDE ISENÇÃO DE TARIFA NOS TRANSPORTES COLETIVOS DO MUNICÍPIO DE MARECHAL FLORIANO AOS USUÁRIOS A PARTIR DE 60 (SESSENTA) ANOS."

A Câmara Municipal de Marechal Floriano, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, faz saber:

APROVA:

Art. 1º - Fica concedida isenção de tarifa, nos transportes coletivos internos do Município de Marechal Floriano, aos usuários que tenham idade a partir dos 60 (sessenta) anos.

Art. 2º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a regulamentar esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua aprovação.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de agosto de 2009.

[Handwritten signature]

ALOÍSIO MÓDOLO DE ALMEIDA
Vereador



Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal determina, em seu artigo 230, que "a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida".

Por sua vez a Lei Nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, veio regular esse dispositivo constitucional numa série de aspectos.

Dentre eles, a referida lei definiu a pessoa idosa como aquela que tem "idade igual ou superior a sessenta anos".

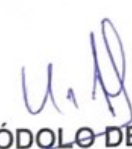
No entanto garante em seu artigo 39, "caput", que a prerrogativa da "gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos" é direito a ser exercido apenas pelos maiores de sessenta e cinco (65) anos; determinando no § 3º do mesmo que "no caso das pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos, ficará a critério da legislação local dispor sobre condições para exercício de gratuidade nos meios de transporte (...)".

Está, desta forma, justificada a iniciativa da presente matéria.

Ou seja, o artigo 1º do presente Projeto de Lei pretende resolver essa situação, fazendo a interpretação local da norma, nos termos do § 3.º acima elencado, posta a possibilidade da norma nacional conferir a lei local, nos limites de sua competência, dispor sobre a presente medida, de acordo, com as conveniências locais e respeito ao interesse público.

Concede-se então, por meio deste projeto, o exercício do direito à gratuidade dos transportes coletivos públicos de forma mais abrangente, dentro deste Município, reduzindo-o para 60 (sessenta) anos de idade.

Sala das Sessões, 03 de agosto de 2009.


ALOÍSIO MÓDOLO DE ALMEIDA
Vereador